

FEMINISMOS E LESBIANISMO: Derrubando o mito da *Lavender Menace*

Maria José Magalhães
CIIE – FPCEUP
mjm@fpce.up.pt

RESUMO

O foco deste artigo consiste na relação entre lesbianismo e feminismos, sendo centrado na realidade portuguesa e na perspectiva de uma reflexão pessoal que tem por base uma experiência pessoal de activismo, de imersão no terreno da luta social, onde o 25 de Abril e a época revolucionária forneceram um contexto específico para a perspectiva construída.

Critica-se a perspectiva que tenta igualar feminismo com feminismo liberal, argumentando a pluralidade no seio do movimento feminista e das mulheres, onde a controvérsia e as divergências têm sido vividas nem sempre de maneira fácil, mas considerada, pela autora, como enriquecedora. Mostrando alguns paralelismos com as perspectivas marxistas e dos movimentos de mulheres negras, discute-se que o feminismo lésbico foi parte integrante do feminismo de segunda vaga, tanto a nível internacional como em Portugal.

Num contexto muito misógino, o feminismo português dos anos 1970 e 80 enfrentou, não apenas as perspectivas conservadoras mas também uma esquerda não sensível às problemáticas de género, não criando condições para a expansão de um movimento forte, como aconteceu noutros países. Apesar da sua fragilidade, lésbicas feministas estiveram presentes e contribuíram para o reforço de algumas reivindicações e para a construção de formas de luta e de acção não tradicionais que são hoje importantes na estratégia dos movimentos sociais. Finalmente, argumenta-se a importância de uma perspectiva feminista na luta lésbica, pela importância do empoderamento das mulheres, mesmo no seio do movimento LGBT.

PALAVRAS-CHAVE:

Feminismo lésbico, agência, movimento feminista

INTRODUÇÃO

O foco deste artigo consiste na relação entre lesbianismo e feminismos, centrado na realidade portuguesa e da perspectiva de uma reflexão pessoal que tem por base uma experiência pessoal de activismo, de imersão no terreno da luta social, onde o 25 de Abril e a época revolucionária pintaram de encarnados o pano de fundo do cenário das acções e a consciencialização feminista matizou de lilases e violetas.

Parte de um pressuposto de que a sociedade que hoje conhecemos é, simultaneamente, heterossexista e homofóbica, sexista e misógina, racista e classista. Assume-se que existem diferentes eixos e estruturas de opressão, dominação e desigualdade, que têm impacto, não apenas na vida económica e social, mas também nas vidas privadas e da intimidade e nas

formas como nos vemos e nos construímos como pessoas. Rejeita-se uma perspectiva de hierarquização das opressões, no sentido de que elas se exercem simultaneamente, sendo difícil a sua separação, mesmo do ponto de vista analítico, quanto mais no que se refere ao apontar de linhas de acção política. O preceito feminista dos anos 1980 — “aquilo que é bom para ti, não é necessariamente bom para mim” — constitui um dado importante para partir para reflexões integradas, ainda que, por necessidade contingente, se tenha que enfatizar algumas questões para o desenrolar do argumento.

Assenta também no entretecer das leituras que fui fazendo, com a experiência pessoal que foi fornecendo compreensões situadas dos conceitos, mas se (re)moldaram à luz de novas noções e reflexões a que fui tendo acesso. É, nesta medida, um texto localizado (Rich 2002), não apenas porque a política constitui sempre uma localização num corpo, como também porque consiste num ponto de vista situado, com uma determinada perspectiva, a feminista, não isenta de interesse, e não acreditando que exista política desinteressada.

Assenta ainda na ideia de que vivemos uma mudança de paradigma, quer em termos sociais, quer em termos dos movimentos sociais. Em termos do movimento feminista, entramos na 3ª vaga, a do feminismo contemporâneo. E se já nos é fácil falar dos feminismos da viragem séc. XIX-XX ou de 2ª vaga, já não o é neste momento de mudanças, na crista da onda. Algumas autoras consideram que esta é uma época de mudanças globais, não apenas no que se refere aos feminismos: não é uma época de manifestações massivas como nos anos 1970, mas de reflexão e discussão teórica. E é verdade que o feminismo vai percorrendo teoricamente afirmando-se como uma teoria imprescindível dentro das ciências sociais (e não só). No entanto, outras autoras, incluindo eu (e Manuela Tavares 2009) argumentamos também por um feminismo de agência, ou seja, um feminismo que tenha também uma dimensão de intervenção política, em diversas esferas da vida social, e que seja capaz de aliar a reflexão teórica e produção de conhecimento à capacidade de tentar mudar a opressão e discriminação das mulheres, na contingência da fragilidade da acção humana, na sua imperfeição, incompletude, possibilidade de errar...

Assim, neste artigo argumentamos por uma relação histórica e fundamental entre lesbianismo e feminismo, para o que hoje é o movimento feminista na sua pluralidade e controvérsia.

MOVIMENTO FEMINISTA E LESBIANISMO, CORRENTES E CONTRADIÇÕES

O feminismo é um movimento plural, como temos vindo a afirmar com alguma insistência, no sentido de deixar claro que não aceitamos a simplificação da sua redução a uma perspectiva, a um estereótipo, como não aceitamos a redução misógina e sexista sobre as mulheres que tem tentado, historicamente, dividir-nos entre mães, puras, virgens e

assexuadas, por um lado, e perversas, putas, ninfomaníacas, mal-amadas, por outro. O olhar estreito de algumas pessoas sobre o feminismo não deixa de ser a continuação do olhar misógino sobre as mulheres. Em relação aos movimentos ‘masculinos’, ninguém tem dúvidas sobre a diversidade e a pluralidade dos movimentos de trabalhadores, dos marxismos, dos movimentos revolucionários, das suas divergências, convergências, alianças, ódios de estimação, amores apaixonados, e por aí diante. No que se refere às mulheres, sempre esta dificuldade de reconhecer a diversidade, abrangência, a complexidade. Sempre o resvalar para a simplificação.

Sem ter a pretensão de fazer aqui a história dos feminismos, vou tão só esquiçar algumas coisas que podem ajudar a deitar por terra alguns mitos associados a este movimento social revolucionário. E vou pincelar um pouco sobre alguns dados históricos que vêm emergindo a partir das investigações feministas no campo.

O primeiro mito a derrubar é o de que o feminismo foi um movimento de mulheres de classe média e brancas, de ‘burguesas’, como era a acusação que sobre nós pendia, nos tempos acalorados do pós-25 de Abril.

O movimento sufragista começou a sua luta entroncado com as lutas pela abolição da escravatura. As mulheres anti-esclavagistas e sufragistas organizaram esse movimento, dedicando-lhe tempo, esforço, dinheiro e sacrifício pessoal. Existe hoje documentação destes percursos colectivos entre mulheres negras, escravas e libertas, e mulheres “brancas”, algumas esposas ou viúvas de anti-esclavagistas, outras mesmo esposas de colonos e pro-escravatura (ver por exemplo, Jacobs 1996). Quando o movimento anti-esclavagista adquiriu renome internacional e peso político, expulsou as mulheres (negras e brancas). Na década de 1830, celebrou-se um importante congresso abolicionista em Massachusetts, onde foi proibida a entrada às mulheres. As mulheres abolicionistas passaram a distanciar-se das sufragistas e a aliar-se às organizações dos negros. Além das convicções ideológicas ligadas à luta anti-esclavagista, elas estavam convencidas de que, logo que os negros conseguissem o direito de voto assim como os outros direitos civis, seria impossível que estes direitos continuassem a ser negados às mulheres. Sabemos que não foi impossível.

No que se refere às ligações e tensões com os movimentos operários, sindicais e de trabalhadores, também diversas historiadoras têm estudado os seus cruzamentos (Offen 2000; Ellen Carol DuBois 1978; Scott 2000; 2002), desde o distante séc. XIX aos desenvolvimentos durante o conturbado séc. XX. O desenvolvimento dos estudos históricos feministas tem trazido à luz a participação das mulheres nas lutas sociais de classe, deitando por terra os mitos da sua passividade ou mesmo domesticidade. Sabemos também que esta história nem sempre deixa os companheiros dessas lutas muito bem retratados nos papéis que desempenharam, muitas vezes no sentido de coagirem, bloquearem e impedirem as mulheres de participar, de terem voz activa, de militarem com iguais direitos. Esta história até levou Heidi Hartman (1979) a falar de um *unhappy marriage* entre o marxismo e o feminismo. *Unhappy* mas, em algumas dimensões, *marriage*, sobretudo se falarmos das correntes dos feminismos marxista, socialista,

materialista e, mais recentemente, pós-estruturalista. Este artigo não tem o objectivo de fazer a história das ligações entre os feminismos e outros movimentos sociais, tão-só lembrar que um movimento social traz mudanças que provocam dissonâncias, rupturas, e a história do feminismo lésbico (*lesbian feminism*) não se distingue.

No entanto, o facto de ter havido tensões, divergências no seio do movimento de mulheres e feminista, sobre a inclusão das reivindicações lésbicas e ligadas à sexualidade feminina, apenas significa que eram e são movimentos vivos, que equacionaram e equacionam as reivindicações e as lutas no contexto das conjunturas históricas onde se situam.

Esta corrente foi responsável por uma viragem extraordinária no feminismo de 2ª vaga, trazendo para o movimento uma dimensão cultural com uma expressão muito maior do que até aí tinha sido possível. Como Sheila Jeffreys afirma, esta corrente do feminismo emerge no seio do Movimento de Libertação das Mulheres e é através e com ela que o feminismo radical ganha expressão internacional e se demarca dos feminismos com formas e estratégias de luta mais tradicionais.

Todas as historiadoras e teóricas do movimento feminista concordam que o feminismo lésbico foi um movimento vibrante, controverso e radical.

Nos anos 1960 e 1970, sobretudo nos Estados Unidos, algumas militantes de esquerda, anti-guerra, estudantes, lutadoras pelos direitos civis foram vendo a incapacidade desses movimentos incorporarem na sua militância a sua especificidade feminina. Deparam-se com enormes obstáculos para usarem as suas vozes e as suas formas de expressão. O próprio movimento de mulheres foi-se desenvolvendo, na medida em que foi capaz de se autonomizar de outras formas organizativas “mistas”, onde tinha dificuldades de encontrar espaço.

É a esta corrente que devemos a estratégia separatista dos grupos de consciencialização tão importantes para o que se verificou ser uma nova linha de activismo (Offe 1985), de produção de conhecimento (Grupo de Mulheres e Saúde de Boston¹), de construção de identidades femininas (o manifesto “*The Women Identified Women*”, pelas lésbicas radicais, 1970), da sexualidade, do amor entre mulheres (o SCUM manifesto, de Valeirie Solanas).

Audre Lorde, Adrienne Rich, Nancy Fraser, Gayle Rubin, Donna Haraway, são algumas, entre muitas, das pensadoras que alimentaram esta corrente.

Kate Millet, Germaine Greer e Shulamith Firestone, hoje incontestáveis teóricas feministas, também do ponto de vista académico, mostraram (a maior parte destas obras são teses de doutoramento, portanto com reconhecimento académico, como é o caso de *Sexual Politics*) o carácter patriarcal e androcêntrico não só das estruturas sociais, da macropolítica e da macroeconomia, mas também das relações pessoais, afectivas e sexuais.

¹ O Boston Women's Health Book Collective, Inc., também conhecido por *Our Bodies Ourselves*, pode ser consultado no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, da UMAR [<http://www.cdofeminista.org/>]

Continuam vibrantes, criativas, controversas e inesquecíveis. Por exemplo, bell hooks, feminista lésbica negra, insiste em escrever e que escrevam o seu nome em minúsculas — e assim temos feito.

Cresceu neste movimento a necessidade de criar — produzir, construir — um outro mundo que fosse capaz de sair da dicotomia entre a masculinidade hegemónica e heterossexual e a feminilidade enfatizada das donas de casa e mães de volta dos tachos e das fraldas.

Ficaram conhecidas como separatistas — porque defenderam a importância, a necessidade de grupos só de mulheres. Na altura foi uma heresia, porque não era grupo de mulheres nem para fazer os trabalhos materno-domésticos nem para a prostituição: eram claramente grupos de mulheres para não servir os homens, para encontrarem espaços para si mesmas.

De entre estas mulheres, algumas são e eram lésbicas.

É desta corrente o célebre lema feminista “o pessoal é político”, tão caro a todo o movimento feminista e que tem dado um cariz particular a este movimento multifacetado. Algumas ideias-base desta corrente são hoje princípios fundamentais dos feminismos — a rejeição a hierarquia social, a inter-relação entre arte, cultura e política, a importância do corpo, a crítica à supremacia masculina, a ênfase na necessidade de as mulheres gostarem de si próprias e umas das outras, mais tarde conhecido como lesbianismo político.

Trazendo uma nova concepção de activismo político e de agência política, as feministas tornaram claro que podemos fazer política na cozinha, na cama, na sala, em espaços privados, e que a política não se restringe aos espaços públicos das actividades formais que a *traditional politics* determina.

Não podemos, todavia, ignorar que muitas feministas consideravam que se deveria protelar as reivindicações lésbicas para mais tarde, para não dar uma má imagem do feminismo, isto tanto no estrangeiro como em Portugal. E esta atitude, que designávamos de ‘priorização das opressões’, era também estendida a reivindicações mais específicas das heterossexuais, pelas facções mais marxistas do movimento – por exemplo, o aborto e a violência contra as mulheres na família era, por algumas feministas marxistas (em Portugal, enquadradas em partidos políticos de esquerda, e em coro com os seus camaradas de partido), consideradas reivindicações extemporâneas, argumentando que a nossa população não estaria ‘preparada’ para aderir a essa luta (e até nos expulsaram das manifestações do 1º de Maio, quando levávamos uma faixa do aborto!).

Eleger que questões e reivindicações devem obter a nossa atenção e a nossa energia num determinado momento é sempre um problema político que mostra não apenas o carácter ideológico das opções feitas, mas também a relação entre as/os activistas e o contexto político e social mais alargado nesse momento. E discutir estas questões a posteriori sem relação com as condições sociais da época é perder de vista o carácter contingente e corporal da luta, só assim podemos entender a historicidade da *agency* política dos diferentes movimentos sociais.

AGÊNCIA, POLÍTICA E MOVIMENTO SOCIAL

Discutindo agência e intervenção política, Terry Lovell (2003) conta o caso de uma mulher negra, Rosa Parks, que, no autocarro a caminho de casa do trabalho, se recusou a ceder um lugar a um homem branco, tendo sido expulsa do veículo. Além desta acção em 1955, a mesma Rosa Parks tinha diversas vezes desafiado o apartheid nos autocarros, já nos anos 1940, e diversas mulheres foram presas por isso mesmo (Claudette Clovin e Mary Louise Smith, entre outras, em 1955).

A discussão da autora é no sentido de argumentar se existe diferença entre o acto de Rosa Parks, a 1 Dezembro de 1955, que ficou na história, e os outros semelhantes que podiam ser considerados actos isolados e individuais, de trazer ao nosso conhecimento o que pode fazer um acto ser considerado agência política e inscrever-se na história de um movimento social. O de Rosa Parks ficou. Registado, lembrado, valorizado. Porque alguém nomeou, lembrou, referiu, valorizou. E mais alguém seguiu esta pista, pegou no testemunho e continuou o caminho.

Na minha tese de mestrado (Magalhães 1998), tive que esgrimir que houve movimento feminista em Portugal (frágil, fragmentado, marginalizado), para poder falar das feministas portuguesas. É sempre necessário pegar por uma ponta. Mesmo antes de Regina Tavares da Silva, e do mestrado de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Aberta com as investigações de João Esteves, Fina d'Armada, Lúcia Serralheiro, Manuela Tavares, Manuela Góis, diziam que as sufragistas inglesas, sim, mas em Portugal, não, não tinha havido feminismo no séc. XIX-XX (1ª República).

A minha contenção é argumentar que as lésbicas e as feministas estiveram lado a lado, com as tensões próprias a um movimento radical e de pouca expressão, nas lutas do pós-25 de Abril, numa conjuntura de uma cultura muito masculinizada, saída do fascismo de meio século, e de uma esquerda que não pautava pelo respeito pelas formas de expressão não decididas pelos grandes dirigentes dos comités centrais.

Por razões que me são obscuras — talvez porque liam mais ou porque sentiam de forma diferente — algumas mulheres por cá foram também denunciando este estado de coisas. Maria Teresa Horta, Isabel Barreno, Fina d'Armada, ainda antes do 25 de Abril, e muitas outras depois. Nomeio estas três e não outras lutadoras antes do 25 de Abril porque estas trouxeram a especificidade da opressão sexual, reivindicação que entronca com toda a contribuição que o lesbianismo trouxe ao movimento feminista.

E de facto, numa sociedade tão masculina, tão cheia de valores androcêntricos, tão centrada no masculino, as lésbicas fazem diferença — e naquela altura faziam mais ainda: vejam só, gostam de mulheres. Que coisa rara! Se nem as mulheres gostavam de si próprias, tal como eram, na crueza dos seus corpos genuínos, fora das formas da publicidade, dos modelos das modas, ou das “Pietà” (para nós é a Nossa Senhora)! E gostavam de coisas

femininas. Não as ‘coisas femininas’ que moldaram as vidas das mulheres, que lhes ataviaram os membros, mas aquelas que as faziam rir ou chorar ou vibrar.

Penso que à sua presença e de outras feministas separatistas eventualmente não lésbicas se deve o que foi o movimento dos grupos de consciencialização, etapa fundamental no movimento feminista e que é muitas vezes designado como a perspectiva radical do movimento.

O lesbianismo político, ou seja, uma reivindicação de que, politicamente, independentemente da orientação sexual, somos todas lésbicas – isto é, gostamos de(as) mulheres, nem sabem como caiu (ou rebentou?) nas mentalidades da nossa esquerda!

FEMINISMO E LESBIANISMO EM PORTUGAL NOS ANOS 1980

Nesta secção, pretendo explicar o que constituiu, para mim, a relação entre feminismo e lesbianismo nos anos 1980, em Portugal.

Quando participei no Grupo de Mulheres do Porto, não se colocou, em momento algum, que a nossa luta fosse “contra os homens”, mas sim contra o sexismo e a misoginia que imperava no ar que se respirava, que entrava para dentro de nós por todos os poros. Não nomeando homofobia, também era claro para nós que a condição de ser mulher afectava todos os aspectos da nossa vida e que lutar contra as diferentes opressões era também lutar por diferentes formas de amar, diferentes formas de relação com o desejo, a pessoa amada. Entendíamos o preconceito contra as mulheres que amavam outras mulheres como a extensão do preconceito contra as mulheres. Para nós, era e continua claro que as raízes da discriminação das mulheres e das lésbicas são as mesmas. Heterossexualidade compulsiva (Rich 2002) foi um conceito bebido e esclarecedor dos mecanismos de construção do sexismo e da misoginia.

E isto era tanto mais óbvio quanto uma das principais acusações que nos era sistematicamente atirada à cara era a de que “És feminista? Então, és lésbica!” Esta frase foi, por muitas, as mais velhas, sentida como insulto, como humilhação e esgrimiram argumentos, expuseram-se para provar que não era lésbicas. As mais novas, dissemos: “Lésbicas? Sim, e depois, que é que isso tem?”

Bebemos na Mulher Eunuco, na revista lésbica, CLIP, criticámos os saltos altos (ver boletim do GAMP nº 2), a maquilhagem, os concursos de *misses*, as revistas “femininas”, a relação de penetração mais comum na relação heterossexual, afirmámos que não queríamos dormir com o inimigo.

As lésbicas eram para nós um modelo de mulheres desafiadoras do modelo dicotómico da sociedade patriarcal – santas ou perversas – que ofereciam novas vias de sermos mulheres: sem precisarmos de homem (de “peso”, outra acusação na época), sem nos submetermos à constante vigilância do nosso corpo (peso, pêlos, pele, rugas, etc), e podendo ser livres para

nos concentrarmos no desenvolvimento dos nossos talentos — poesia, música, pintura, actividade científica, etc.

Talvez tenha sido uma experiência pequena, circunscrita a um grupo social fechado, talvez não tenha tido impacto social, mas foi uma experiência política.

Mas para entender um pouco o significado desta experiência e deste grupo, é importante falar no contexto mais geral, contar a história. De todas as formas, a história é sempre feita de várias histórias.

Hoje, dizemos com alguma facilidade Grupo de Mulheres do Porto, União de Mulheres..., designando, com este termo, o universo social indiferenciado das pessoas do sexo feminino. Pois, nem sempre foi assim. Naqueles anos a seguir ao 25 de Abril, ainda imperava na linguagem e nos símbolos sociais ligados às mulheres uma cultura (mais) misógina, sendo mulheres o termo reservado às pessoas do sexo feminino de “classe baixa” — o que pode ainda ser comprovado pesquisando nos dicionários da Porto Editora. Ou se utilizava “A Mulher”, no sentido abstracto, para designar um universo por oposição aos homens, à rua, enfatizando a maternidade, a sensibilidade e outras estereotípias, ou a palavra mulheres designava mulheres do campo, da fábrica, da rua, de virtude, Daí que a alguns grupos se intitulavam relativos à Questão d’A Mulher (por exemplo, da AAC, a CNQM), remetendo para as perspectivas marxistas, ou se assumiam como grupos das mulheres trabalhadoras, como a UMAR e o MDM, colocando uma barreira invisível entre mulheres de diferentes classes sociais.

O 25 de Abril manteve esta divisão.

Os grupos de mulheres ou as mulheres militantes na época viveram também o dilema: ou aceitavam as regras e o espaço que os seus pares masculinos lhes permitiam ou então tinham que ficar em casa a tratar dos tachos e das fraldas ou dos tachos e das fraldas nas casas das outras.

Mais ainda, as mulheres não podiam andar juntas. Madalena Barbosa, que hoje, infelizmente, já não está entre nós, contou-me numa entrevista que lhe fiz no âmbito da minha investigação, o que se passou quando um dia, a seguir a uma reunião do IDM, na Filipe da Mata, saíram juntas e foram tomar um café, ali junto da Gulbenkian. Entraram todas juntas, sentaram-se em duas ou três mesas, sendo que o café estava quase repleto de homens. Eles começaram a “meter-se” com elas e elas “não deram troco”, como deviam fazer as “senhoras”, para não serem tomadas por prostitutas. Pois bem, o dono do café chegou perto delas e disse-lhes que tinham que abandonar o café, porque estavam a perturbar os clientes! Argumentaram, mas tiveram que sair! Lisboa, princípios dos anos 1980.

Antes do GMP, existia no Porto um grupo mais pequeno, mais identificado com a LCI, partido trotskista da época, chamado GAMP, “Grupo Autónomo de Mulheres do Porto”, que publicou também um boletim, se envolveu com bastante força e energia na CNAC e fazia conferências de imprensa, debates, etc. Um dos eventos que organizou foi um debate no Instituto de Serviço Social, na altura, situado na R. Rodrigues de Freitas, em frente a Belas

Artes, no Porto. Pois esse debate tinha uma ordem de trabalhos e uma mesa que pretendia dirigir os trabalhos. Na época, eu era muito jovem e apenas estava na audiência. É importante dizer que a sala estava completamente cheia. (Não sei precisar em que ano foi.) O debate foi aberto a mulheres e homens. No fundo da sala, estavam três jovens do sexo masculino que, desde o início, interpelaram a mesa sobre a questão de porque é que os grupos de mulheres não tinham homens. A pessoa que estava na mesa respondeu que era importante grupos de mulheres, mas que fazíamos actividades para homens e mulheres, aquela sessão era um exemplo desses, e tentou passar para a ordem de trabalhos agendada. Os jovens continuaram, alternando quem falava, a interpelar a mesa, a argumentar que devíamos aceitar homens nos grupos, e porque não, e porque assim, etc. O tempo escoava-se, a tarde já ia longa e a agenda continuava por encetar. Eu retirei-me, fui a um café ali perto, o Belas Artes, encontrar-me com o meu namorado da altura (e futuro marido), como tinha combinado e sentei-me na mesa em que ele estava. O meu papel discreto da época permitia-me passar despercebida. Entretanto, entram no café os três jovens, chegam-se ao balcão e dizem alto e bom som para todos/as ouvirmos: “Eh pá! Estivemos ali a chatear umas lésbicas!...”

No Grupo de Mulheres do Porto, lésbicas e não lésbicas discutíamos a política feminista e decidíamos e agendávamos as acções que iríamos desenvolver.

Eram membros do grupo professoras, poetas, escritoras, domésticas, empregadas domésticas, juristas, médicas, arquitectas, operárias, costureiras, investigadoras...

E as lésbicas sentiam que a vida no grupo era *lesbian friendly*. Tínhamos diversos espaços e tempos de convivência que não se esgotavam nas reuniões ou tarefas que calendarizávamos juntas: partilhávamos outros momentos, como música, teatro, jantares, etc. Por força das circunstâncias das nossas vidas, alguns destes momentos eram partilhados com os nossos companheiros (namorados, maridos, amigos, ...), cuja consciência política não ditava o respeito pela nossa política. Assim, um deles, à entrada de um espectáculo de teatro do Carlos Alberto, comentou, para um amigo com quem estava e de forma audível, que uma mulher, que também ali estava para ir ao teatro, era lésbica. Claro que esta mulher ficou indignada com ele e com a namorada dele, dado que terá sido por ela ou nos momentos em conjunto que ele soube da orientação sexual daquela companheira. Podemos imaginar o sofrimento da mulher que foi alvo da indiscrição, mas também da outra mulher cujo companheiro se comportou desta forma.

Esta foi para mim mais uma lição — um erro a não cometer: não partilho com ninguém da minha intimidade sexual quaisquer pormenores da minha política feminista. Como diz um ditado feminino popular, aqui no Norte, “a um homem não se mostra a fralda toda”.

O período revolucionário tinha durado pouco, mas a memória ainda estava viva. O tema do poder e das relações de poder andava no ar. As classes trabalhadoras e populares sentiram que podiam ter poder, conseguir coisas para melhorar as suas condições de trabalho e de vida. E para afrontar o tema do poder foi (e é) necessário examinar em que situação se encontram as mulheres nesta sociedade, que mecanismos interactivam nos seus contextos de vida,

incluindo o activismo, a participação política, a tomada da palavra nos grupos, as relações entre as mulheres, etc.

Éramos radicais (e algumas de nós ainda somos). O feminismo radical nasceu como contrário ao feminismo liberal, ao liberalismo em geral. Éramos mulheres (tal como nos EUA ou em Inglaterra) que militávamos também em partidos de esquerda e noutros movimentos sociais (em Portugal, no sindicalismo, movimentos de moradores, nos EUA, movimento pelos direitos civis, contra a guerra no Vietname). Lutando lado a lado com os companheiros, camaradas e amigos, descobriram que a liberdade sexual, uma bandeira da época, significava sexo mais fácil para os homens e não uma verdadeira igualdade sexual. À possibilidade de dizermos não, advinha a acusação de ‘reaccionárias’, conservadoras, má companheira. Simultaneamente, o ‘comité central’ era exclusivamente masculino, e quando participávamos, havia uma coincidência de divisão de tarefas, que ficava para nós organizar a pausa para o café, as bancas para colocar materiais à venda, as fotocópias (que começavam na altura). As ‘bocas’ machistas escritas ou verbalizadas não eram uma excepção que acompanhava as reuniões e os eventos partidários ou sindicais. Percebemos que lutar pelos direitos dos trabalhadores ou das minorias não equivalia a ser menos machista. Analisámos a constante da história — as mulheres participaram em todos os movimentos revolucionários e, no fim, foram traídas, nenhuma das conquistas obtidas por estes movimentos foi estendida às mulheres, não fomos beneficiadas directamente. Assim, uma palavra de ordem do feminismo radical era (e é) — autonomia. Autonomia face aos partidos, aos estados, aos sindicatos.

Contrariamente às liberais, as radicais compreendem o patriarcado não como uma extensão do capitalismo, mas como um sistema específico de opressão e que a opressão das mulheres é a opressão básica sobre a qual se erguem as restantes formas de opressão e dominação. Com a palavra de ordem “o pessoal é político”, hoje, décadas depois, considero que deve ser difícil argumentar que a vida pessoal, sexual e da intimidade não é tão política como a vida económica, jurídica, institucional, parlamentar, etc. A metodologia utilizada era a organização através dos “grupos de auto-consciência”, como a metodologia desenvolvida por Paulo Freire (embora, muitos dos grupos só tenham tomado contacto com a obra deste pedagogo, tempo depois, ver Kathleen Weiler 2002). O seu activismo político centrava-se na sexualidade — muito nos direitos sexuais e reprodutivos — entendendo-a como campo de poder político, em que, da forma como estava organizada, era a razão fundamental de dominação dos homens sobre as mulheres.

Recordo, por exemplo, como a prostituição era discutida, como tentámos trabalhar com prostitutas de rua. Como se analisava a relação entre uma mulher casada, dependente economicamente do marido, que lhe fornecia serviços sexuais e do cuidar da casa e dos filhos/as, a troco da sua sobrevivência e bens materiais — cujas diferenças com a relação entre a prostitua e cliente não eram assim tão notórias, não abonando a favor da mulher casada. Aqui, também, a palavra autonomia era um analisador. Também me vêm à memória as discussões sobre a especificidade do orgasmo feminino, os estudos sobre a sexualidade e o

prazer das mulheres, com evidência para a polémica entre orgasmo vaginal e orgasmo clitoridiano.

Também a violência dos maridos sobre as mulheres no seio da família foi denunciada, sendo que não era raro pensarmos ou sentirmos que, muitas vezes, as mulheres heterossexuais “dormiam com o inimigo”. Na altura, isto era considerado um extremismo das radicais, hoje, sabemos como isso é tristemente verdade, nos casos de violência doméstica — mais, que eles não são apenas o inimigo, são uns monstros.

Recusávamos a dicotomia presente no movimento feminista na época, entre feministas pela igualdade e feministas pela diferença. Considerávamos esta dicotomia, uma armadilha, como me respondeu Maria Teresa Horta quando fui entrevistá-la. Quando os negros lutam pela igualdade, a ninguém passa pela cabeça que eles querem ser ‘iguais’ do ponto de vista da aparência física ou de traços de personalidade. Considerávamos uma afronta que estivessem sempre a relacionar a igualdade com o facto de querermos “ser como os homens”. Mas, apesar da irritação que nos invadia, o certo é que o debate entre feministas pela igualdade e feministas pela diferença permitiu avançar teoricamente (e politicamente) nas questões filosóficas — analisando uma ética do cuidar versus uma ética da justiça, para pensar uma organização social mais igualitária.

Não será de estranhar que é nestes grupos que as lésbicas entram como participantes de pleno direito, e onde a sua contribuição era fundamental.

No Grupo de Mulheres do Porto, as reuniões tinham uma componente sobre as questões lésbicas, sobre as suas experiências e sentimentos, sobre os problemas sociais que enfrentavam. A convivência não foi fácil, mas também não foi a convivência das militantes partidárias com as que eram “apenas” feministas, como também não foi entre as ‘eruditas’ e que defendiam um investimento em produções de “qualidade” e as mulheres que estavam preocupadas com a alteração das suas condições de vida (mulheres de sindicatos, das fábricas, costureiras, etc.).

A Artemísia-revista tinha um espaço garantido de publicação expressamente lésbica, para dar a conhecer, para explicitar sentimentos e experiências vividas. Só saíram 3 números (e o nº zero que foi fotocopiado). “Desperte a fera que há em si” é o exemplo de um dos artigos. Não era só texto que estava em causa. Eram também as imagens, o mundo simbólico da palavra e do ícone.

No Grupo de Mulheres do Porto, algumas das mulheres que ali trabalharam durante o tempo que durou não eram portuguesas: a Cucki, austríaca, a Toneke, holandesa, a Indira, alemã, a Gudrum, austríaca também, a Sivianne, francesa. Mulheres que viviam aqui no Porto, por razões várias mas que procuravam, logo que chegavam cá, um “grupo de mulheres”. Foram muito importantes no grupo pelo diferente estilo militante que traziam e que influenciaram a construção da nossa intervenção naquela época. Também a presença de algumas mulheres com experiência de trabalho com o método da conscientização trouxeram

ao grupo uma dimensão de trabalho e formas de estar que ia muito para além da “militância” (aliás, uma das mulheres dizia que não gostava da palavra “militante” ou “militância”, que vinha de “milícia”, e portanto, da guerra e que a guerra é um mundo de brinquedo dos homens, que adoram andar a brincar às guerras (alguns, claro!). Ela preferia a expressão “intervenção”.

Tivemos sede na altura, mas logo que o grupo acabou tornou-se insustentável manter a renda.

Algumas das mulheres no grupo defendiam que devíamos produzir coisas suficientemente de “qualidade” (o que dava discussões terríveis) para fazer valer as nossas ideias. Algumas defendiam que devíamos ir para as faculdades produzir conhecimento científico.

Tal como nos outros países, algumas destas mulheres eram lésbicas, outras defendiam o lesbianismo como opção política (temporária ou não), outras não.

Mas a presença das lésbicas foi importante na medida em que radicalizaram e ajudaram a iluminar melhor algumas das questões que o movimento feminista foi trabalhando e que estou convencida, sem elas não teria tido essa expressão, pelo menos desta forma.

Elas apontaram questões importantes para mudar a sociedade patriarcal:

- a heterossexualidade compulsiva, no que traz de discriminatório para as lésbicas e nos constrangimentos da sexualidade feminina que é vista como inexistente ou só para satisfazer o prazer ou o “gaze” masculino. É desta época o famoso relatório Hite em que dos milhares de mulheres inquiridas uma enorme percentagem dizia não ter prazer vaginal, antes apenas clitoridiano. Daqui se pode inferir que uma sexualidade assente apenas na penetração masculina corre o risco de só muito lateralmente satisfazer a mulher.
- o direito das mulheres (das meninas, das raparigas) ao prazer sexual eventualmente diferente do considerado “normal”, sem que isso conduzisse a ser alvo de uma lobotomia;
- a produção de formas culturais, poéticas, artísticas, plásticas, textuais, fotográficas, enfim, que saíssem desse espartilho em que as vidas e expressões femininas estavam confinadas sem ter que cair no masculino, rude, agressivo, mundo masculinizado. Em termos teóricos, chamei a esta estratégia “centrada nas mulheres”: produziram quadros, romances, filmes;
- a crítica da linguagem centrada no masculino também — por exemplo, em inglês trabalharam para subsstituir *woman* e *women* por *womyn*, *wimmin*, *womon*; substituir a *history* por *herstory*, etc.,

Muitas das mulheres, casadas ou com relações heterossexuais viam a sua participação no grupo complicar a sua vida doméstica e afectiva — e sentiam-se encostadas à parede: ou deixavam o grupo ou perdiam o companheiro. Para muitas delas, perder esse companheiro foi uma libertação, para outras foi um grande sofrimento, e algumas, mesmo depois de acabada a relação não voltavam mais ao grupo.

Mas as que ficavam viam a sua energia redobrada e a sua compreensão da situação alargada: os casos e as situações eram tão semelhantes entre nós que às vezes até nos ríamos. “O filme” repetia-se e era possível observar nas nossas vidas reais todas as fontes de opressão que o movimento foi levantando e que eram muito mais fundas do que apenas a exploração económica. O mais importante era que muitas vezes “o opressor está dentro de nós” como escreve Audre Lorde.

E fomos construindo novas formas de nos olharmos e à nossa experiência e aos nossos sentimentos, percebendo como experiências e sentimentos ou emoções estão tão modelados pela sociedade e pelas mensagens que nos foram transmitidas por esta sociedade profundamente misógina e sexista.

NOTAS FINAIS

Este movimento de feminismo lésbico desenvolveu formas de acção política que alargaram as possibilidades de escolha para as jovens raparigas e para as mulheres de hoje e ajudaram a mudar parcialmente algo das estruturas sexistas e patriarcais:

- protestos e acções criativas, sem necessidade de grandes manifestações ou multidões: pouca gente, criativa, com panos pintados, *patchworks*, canções, poesias, performances;
- reinvenção da sexualidade feminina, expandindo as nossas noções de erotismo e expressividade sexual fora da penetração heterossexual e da monogamia possessiva e valorizando os corpos reais e as experiências das mulheres (lembro que nessa altura aprendemos a fazer o auto-exame vaginal, conhecer os diferentes ciclos de ovulação através do auto-exame, conhecemos as diferentes vaginas — a sua coloração, textura, cheiro, etc. o facto de termos várias médicas, uma delas ginecologista, no grupo foi também muito importante e a saúde dos nossos corpos foi matéria de muito trabalho naqueles anos — até aprendemos um ioga abortivo, vejam lá!);
- criação de uma cultura das mulheres, através de música, artes visuais, fotografia, poesia, filmes (tivemos uma irlandesa no grupo que era realizadora de cinema, a última vez que fui à Irlanda estava um filme dela em cartaz);
- reescrita da linguagem: fizemos investigação sobre várias coisas — sobre anedotas misóginas, sobre os piropos, sobre os provérbios, enfim, sobre um mundo de coisas que só existem para amarfanhar as mulheres.

Na minha perspectiva, o feminismo continua necessário, também na articulação com as reivindicações lésbicas. Hoje, com o movimento LGBT, importa aprendermos quais das nossas reivindicações e necessidades são prioritárias para nós e que podem não coincidir com as prioridades masculinas. O "empoderamento" das lésbicas dentro dos grupos mistos significa empoderá-las também como mulheres. E mulheres empoderadas são fundamentais para mudarmos o mundo. Como afirma Célia Amorós, o feminismo é "um marco interpretativo que

determina um horizonte de visibilidade". E a Lavanda é sempre companhia querida e essencial no feminismo.

Não nomeei todas, nem todos os seus contributos — embora me seja muito difícil separar-me dos textos, acho sempre melhor fazer algo incompleto do que não fazer nada para não errar. Reconhecê-las-emos nas suas produções artísticas, políticas, teóricas, literárias.

O feminismo lésbico está vivo, vibrante, sedento. O futuro também começa hoje. Esta semana celebraram o seu casamento Teresa e Lena, a quem aproveito para felicitar e desejar as melhores felicidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DuBois, Ellen Carol *Feminism and suffrage: the emergence of an independent women's movement in America, 1848-1869*, Nova Iorque: Cornell University Press.
- FRASER, Nancy (2009) "Feminism, Capitalism and The Cunning of History", *New Left Review*, nº 56, Mar 2009, pp97-119.
- GIMENO, Beatriz, (1997) Secretaria General de la FELG COGAM
- HARTMAN, Heidi (1979) *The unhappy marriage of Marxism and Feminism: Towards a more progressive union, Capital & Class (New Left Review)*, Vol. 3, nº 2, 1-33, Londres: Sage.
- JACOBS, Harriet Ann (1996) *Incidents in the Life of a Slave Girl, Written by Herself*, Cambridge: Harvard University Press (12th edition).
- MAGALHÃES, Maria José (1998) *Movimento Feminista e Educação, Portugal anos 197 e 80*, Oeiras: Celta Editora.
- OFFE, Claus (1985) New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics, *Social Research*, Vol. 52, nº 4, 70-82.
- RICH, Adrienne (2002) [1984] "Notas para uma política da localização", in Ana Gabriela Macedo (coord.) *Género, Identidade e Desejo. Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cotovia, pp 15-35.
- SCOTT, Joan (2000) Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In *Debate Feminista - Cidadania e Feminismo*, nº especial, 2000 (edição especial em português).
- SCOTT, Joan (2002) *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. (Tradução Élvio António Funck). Florianópolis: Mulheres, 2002.
- WEILER, Kathleen (1995) "Freire and a Feminist Pedagogy of Difference", in *Debates and Issues in Feminist Research and Pedagogy*, Londres: Open University. Multilingualmatters, pp 23-44.